

PANORÂMICA DOS ESTUDOS DIALETAIS E GEOLINGUÍSTICOS NO BRASIL

Maria Silvana Militão de Alencar*

Resumo

Neste trabalho, reunimos informações sobre o avanço das pesquisas dialetais e geolinguísticas em nosso país, particularmente, no Ceará. Nos últimos tempos, novos projetos surgiram, dentre eles, o Projeto Atlas Linguístico do Brasil – ALiB, que desde o seu início tem impulsionado pesquisadores ligados a instituições de ensino superior (IES) de vários pontos do território nacional, a divulgarem a investigação voltada para a variação diatópica ou espacial (regional), diastrática (social), diagenérica (sexo), diageracional (faixa etária), visando a um maior conhecimento do português do Brasil e de sua história.

Palavras-chave: *Dialetologia; Geolinguística; Léxico; Brasil; Ceará.*

INTRODUÇÃO

Os estudos das variações linguísticas, de um modo geral, têm alcançado certo grau de desenvolvimento no Brasil, contudo há uma disparidade muito acentuada no tratamento dispensado às variações regionais e sociais, principalmente, às nordestinas, que são vistas, muitas vezes, como algo inferior ou errado, face à variante padrão ou aos falares da região Sul. Pertencemos a uma região discriminada social, econômica e culturalmente em relação às demais do nosso imenso país, e não menos, em relação à fala por ser diferente.

Em uma comunidade de fala, as variações fonéticas, por revelarem diferenças sociais e espaciais, são frequentemente submetidas a julgamentos de valor por parte dos falantes. Então, sob o aspecto sociolinguístico, poderíamos

dizer que a língua, dependendo de onde se fala ou de quem a fala, atribui prestígio ou desprestígio àquele indivíduo ou ao grupo que a domina. Exemplificamos com a utilização dessas variações em novelas, programas humorísticos de televisão, com sentido conotativo ou, mesmo, pejorativo, uma vez que são demarcadoras não só do espaço físico (diatópicas – que se referem aos grupos regionais de uso da língua), mas, também, do nível sociocultural (diastráticas – que dizem respeito às variações de grupos sociais), ou dizem respeito às variantes diafásicas, de uso em situações formais ou informais do falante.

Há séculos, acreditamos que é preciso dominar as regras da gramática normativa (GN), para podermos fazer bom uso da língua. Trata-se de uma crença ultrapassada, mas que se perpetua. Precisamos mudar esta visão, reconhecer que as pessoas falam de um modo diferente, não, porque “erram”, mas porque empregam regras gramaticais próprias da sua variedade de língua, que todo falante nativo tem o direito de se expressar em sua língua materna e que precisamos dar vida e voz a nossa língua brasileira. Infelizmente, não podemos negar que o português padrão goza de maior prestígio. Isso deixa transparecer um forte preconceito linguístico sustentado durante séculos por mitos do tipo: “português é muito difícil”, “não sei falar português” ou outros pré-conceitos equivocados, como: “o português correto é o de São Luís”, “a pronúncia carioca é a mais perfeita do país, é essencialmente urbana”, dentre outros.

Essa tendência a não reconhecer o valor dessas variações deve-se, principalmente, ao desconhecimento linguístico por parte de pessoas detentoras de prestígio nos meios de comunicação de massa ou mesmo de professores.

A escolha desse tema encontra justificativa por vários motivos. Primeiramente, destacamos o papel relevante das pesquisas empíricas que têm por finalidade a descrição da língua portuguesa em suas variantes diatópicas e diastráticas, em diferentes níveis, desde o fonético-fonológico

* Universidade Federal do Ceará.

ao léxico, no sentido de se definir o que de fato constitui o chamado português do Brasil. E, também, por prestar esclarecimentos sobre o fenômeno da heterogeneidade dialetal e sobre a gramática que o aluno traz de seu lar, de seu ambiente social onde convive.

A língua apresenta suas particularidades regionais, sociais, estilísticas além das diferenças individuais, mostrando, assim, toda a sua complexidade variacional. A língua homogênea é vista como um conjunto de variações, o que a tornaria heterogênea. Aparentemente, pareceria uma contradição, contudo, temos aqui um princípio básico dos estudos desses sistemas linguísticos, que é o da variedade na uniformidade, isto é, a língua é um todo homogêneo formado por uma série de variedades. É nos termos de Jakobson (1967:185), “[...] o princípio das invariantes nas variações”. E, segundo Câmara Jr. (1977:7), “[...] é a questão da invariabilidade profunda em meio de variabilidades superficiais”.

1 ESTUDOS DIALETAIS

Partindo dessas considerações, podemos penetrar no ramo da Linguística que se preocupa com o estudo das diferenças dialetais ou regionais de uma língua – a Dialetoлогия. As diferenças dialetais marcadas geograficamente são estudadas pela Dialetoлогия e pela Geografia Linguística, método da Dialetoлогия que se refere “[...] à representação de dialetos, em mapas, que constituem os Atlas Linguísticos” (RECTOR, 1975:24). Um Atlas Linguístico é um conjunto de mapas nos quais são registrados os traços lexicais, fonéticos ou morfosintáticos de um determinado espaço geográfico.

Para Câmara Jr. (1978:94), Dialetoлогия “é o estudo do arrolamento, sistematização e interpretação dos traços linguísticos dos dialetos”. No entanto, para Dubois (1978:185), trata-se de uma “[...] disciplina que assumiu a tarefa de descrever comparativamente os diferentes sistemas ou dialetos em que uma língua se diversifica no espaço, e de estabelecer-lhe os limites”.

Segundo Trudgill (1981:54), tradicionalmente,

[...] a dialetoлогия consistia do estudo de formas linguísticas que variam geograficamente em áreas predominantemente rurais. Não resta dúvida que é um trabalho de valor, levando-se em conta os dados linguísticos registrados que, de outra forma, estariam perdidos.

Embora alguns pesquisadores ainda vejam a Dialetoлогия, unicamente, na pesquisa diatópica (horizontal), a grande maioria busca experimentar novos métodos, novos meios técnicos e acrescentar à Dialetoлогия novos parâmetros, ampliando, assim, a sua dimensão monodimensional para uma Dialetoлогия bidimensional.

Para Radtke e Thun (1999:35), ficou claro, durante o Simpósio sobre Novos caminhos da geolinguística

românica, realizado em Heidelberg e Mainz, em outubro de 1991, que a geolinguística moderna caminha para tornar-se uma verdadeira ciência da variação. E, chegam a afirmar que: “Essa ciência deveria, na realidade, alterar seu nome e não mais denominar-se ‘geografia linguística’ ou ‘geolinguística’, mas sim, chamar-se ‘ciência da variação ou algo equivalente’”.

Como vimos, a Dialetoлогия e a Geolinguística vêm se transformando e ampliando o seu escopo *pari passu* com as transformações que ocorrem não só na linguagem, mas na sociedade como um todo. No Brasil do século XIX, a perspectiva era outra, uma Dialetoлогия voltada para o estudo da língua de uma população, na grande maioria, sem escolaridade, predominantemente, da zona rural.

A visão atual é bem diferente. Falamos do século XXI, em plena era eletrônica, em que o português passa por um processo de explosão e internacionalização do vocabulário. Um informante que mora no Ceará, sob influência do crescente poder dos meios de comunicação de massa (rádio, jornal, televisão), percebe rapidamente, que em outras localidades desse nosso imenso país, se fala diferente, principalmente, no que diz respeito à pronúncia, e que há diferentes maneiras para se dizer a mesma coisa, embora a língua nacional seja a mesma. Percebe, também, que estas formas alternativas são aceitas pela sociedade de modo diferenciado, algumas gozam de prestígio enquanto outras são estigmatizadas. Só agora, começamos a perceber a necessidade urgente de preservar e valorizar nossos traços linguísticos e socioculturais que, embora relegados a um segundo plano, guardam a nossa história, isto é, os nossos costumes, nossos sentimentos, as pessoas e, principalmente, a nossa identidade nacional através da linguagem.

Dentre as ciências que mais se assemelham à Dialetoлогия, nos estudos da Linguística Moderna, está a Sociolinguística. Dialetoлогия e Sociolinguística ficaram muito próximas, tornando-se difícil distinguir uma da outra. Na prática, observamos que os conteúdos da Dialetoлогия moderna se confundem com os da Sociolinguística e que há uma separação, muito mais de objetivos do que de cunho metodológico. Ao estabelecermos discussões sobre Dialetoлогия e Sociolinguística surge, sempre, a questão que diz respeito ao campo de abrangência de ambas as disciplinas. Essa é uma questão que tem causado problemas.

Para a compreensão do que é Dialetoлогия, conceitos como os de língua, dialeto e falar, são fundamentais. Contudo, há autores que, algumas vezes, não estabelecem distinção entre dialeto e falar, utilizando-os indiferentemente. Pela imprecisão nas definições, outro problema crucial para a Dialetoлогия é estabelecer a distinção entre língua e dialeto. Há autores que não reconhecem essa diferença, assim como há os que a admitem como uma questão de prestígio. Conforme Coseriu (1982:11), a diferença entre língua e dialeto é uma questão de *status* histórico:

Um dialeto, sem deixar de ser intrinsecamente uma língua, se considera subordinado a outra língua, de ordem superior. Ou, dizendo-se de outra maneira: o termo dialeto, enquanto oposto a língua, designa uma língua menor incluída em uma língua maior; que é, justamente, uma língua histórica (ou idioma).

Lembramos que os primeiros estudos dialetais correspondiam às diferenças regionais de uma língua. Com o tempo, passou a ser aplicado a outras modalidades e, hoje, o termo dialeto face ao termo língua, guarda algumas conotações negativas. Por isso há quem prefira utilizar a expressão “variedades linguísticas”. Borba (1998:55), por exemplo, prefere “Registro para a variação social num mesmo local e dialeto para a diversificação ligada principalmente aos fatores geográficos”. Preti (2003:24) dá o nome genérico de variedades aos dialetos, sejam eles geográficos (diatópicos) ou sociais (diastráticos).

Com relação ao nosso idioma, por exemplo, tanto no Brasil como em Portugal há essa polêmica. No século XIX, predominava a questão de uma possível língua brasileira e, no princípio do século XX, falava-se muito num dialeto brasileiro. Resta aos nossos estudiosos pesquisarem, e ainda há dúvidas se a língua do Brasil e a de Portugal são duas línguas ou dois aspectos da mesma língua, sendo esta última opinião a mais aceita nos últimos tempos.

Segundo Aguiar (1996:47), o estudo destas alterações, principalmente, no domínio da fonética “[...] deve ser cuidadosamente realizado pelos filólogos de cada área linguística, a fim de que se possa obter a média da pronúncia portuguesa no Brasil, a qual irá servir de padrão, e de ponto de referência aos trabalhos posteriores [...]”. E, mais adiante, comenta que

*[...] a língua portuguesa ao passar a ser falada por uma raça de mestiços, em que predominava o branco, mas são elementos ponderáveis o negro e o aborígine [sic], tinha, fatalmente, de sofrer alterações apreciáveis, especialmente, no domínio da fonética, que, a par do vocabulário, constitui a feição mais forte da nossa dialeção. (Id. *ibid.*)*

Girão (2000:42), ao tratar da emancipação linguística do Brasil em relação a Portugal, diz que essa luta vem de longe, ou melhor, que surgiu com as ideias nacionalistas do Romantismo e que se tornou mais acirrada depois de 1920, com o início da fase dialetológica. E sugere como forma de neutralizar “esse ódio” a adoção de um nome que expresse a unidade do idioma usado por brasileiros e portugueses no caso – a *Língua Brasilusa*, que engloba a língua portuguesa e a brasileira ou brasiliense.

Bagno (2002:177), ao contrário, diz que não é preciso adotar um outro nome para a nossa língua, mas não

concorda que denominemos somente de “português” a língua falada em nosso país. E complementa: “Quinhentos anos atrás, ela podia ser chamada simplesmente de português. Hoje, ela pode e deve ser chamada de *português brasileiro*. Daqui a mais quinhentos anos, ela sem dúvida só poderá ser chamada de *brasileiro*”.

Concordamos com Marroquim (1934:6), que se adianta aos impulsos separatistas entre o português brasileiro (PB) e o português europeu (PE), quando diz que: “O português do século XVI é o ponto de partida de uma evolução divergente”, cujo início é atribuído aos descobrimentos marítimos dos séculos XVI e XVII, em que os portugueses estenderam sua língua a várias localidades, dentre elas, a África e a América.

Do exposto, concluímos que a tese de língua brasileira não é tão absoluta. As transformações estão aí, e não há como negá-las. As divergências limitam-se mais a particularidades, algumas preferências sintáticas divergentes do PE, mas a sua estrutura interna mantém-se a mesma. E quer queiram quer não, falamos, pois, brasileiros e portugueses, a mesma língua, a língua portuguesa com nossas marcas de brasilidade. Assim, o PB é uma das línguas mais faladas no mundo. Somos 170 milhões de pessoas, enquanto o PE não chega a 10 milhões de falantes nativos.

2 VISÃO PANORÂMICA DOS ESTUDOS DIALETAIS E GEOLINGÜÍSTICOS

Por volta de 1870, o estudo das línguas faladas começa a despertar maior interesse e, graças aos italianos Cornu, Mussafia e Ascoli, a Dialectologia, também, começa a se desenvolver. Em 1881, a Dialectologia passou a fazer parte do currículo da *École Pratique des Hautes Études*, de Paris (França), despertando o interesse pela evolução histórica das formas linguísticas. Gaston Paris (1888), em *Os falares da França*, chamava a atenção para a necessidade de se estudarem os *patois* franceses, em via de descaracterização pelo processo de nivelamento cultural. Chamava a atenção, também, para que as pesquisas obedecessem a uma metodologia bem definida, contribuindo, assim, para o desenvolvimento dos estudos dialetológicos.

Mas, o grande avanço da Dialectologia ocorreu nos princípios do século XX, pelo suíço-francês Jules Gilliéron, que, desde cedo, se dedicou às pesquisas dialetológicas. O resultado foi a publicação do Atlas Linguístico da França (ALF), em 35 fascículos, de 1902 a 1910. Gilliéron é considerado, hoje, o fundador da Geografia Linguística como método de investigação científica.

O Atlas de Gilliéron serviu de modelo aos demais Atlas do domínio linguístico românico, em particular, para o *Sprachatlas Italiens und der Südschweiz* (Atlas Linguístico da Itália e do sul da Suíça – AIS, publicado de 1928-1940), de Karl Jaberg e Jacob Jud, seus discípulos, e ao *Atlasul Linguistic Român* (Atlas Linguístico Romeno).

2.1 Estudos dialetais e geolinguísticos no Brasil

A pesquisa sobre a heterogeneidade linguística não é recente em nosso país. A situação da política brasileira e o romantismo, no século XIX estimulavam o sentimento nacionalista, facilitando a observação das “formas brasileiras” em contraponto com as “formas portuguesas”, fazendo surgir, assim, os primeiros registros de variantes no âmbito do léxico. Era o início da Dialectologia no Brasil.

Segundo Ferreira e Cardoso (1994:37), os estudos dialectológicos, no Brasil, tiveram início no princípio do século XIX, desde que consideremos como primeira manifestação dialectal um estudo que Domingos Borges de Barros, Visconde de Pedra Branca, a pedido do geógrafo Adrien Balbi, escreveu, em 1826, no qual estabelece comparação entre o PB e o PE.

No desenvolvimento dos estudos dialetais do Brasil, podem ser observadas diferentes fases que podem ser classificadas segundo a predominância de produção de cada época. Não há, assim, uma data limitrofe, fixa, para cada fase e, tampouco, uma classificação única, uma vez que não são fases estanques, mas propostas que se complementam na medida em que avançam as pesquisas nesta área.

A primeira proposta de ordenação dos estudos dialetais em nosso país, e que até hoje é ponto de referência entre dialectólogos e geolinguistas, é de autoria de Antenor Nascentes (1953), na qual o autor sugere duas fases: a primeira inicia-se com a publicação do estudo feito pelo Visconde de Pedra Branca, em 1826, e vai até 1920. Esta fase caracteriza-se, principalmente, por obras de cunho lexicográfico. É o momento dos dicionários, dos glossários regionais e dos vocabulários; a segunda tem como marco inicial, a publicação de *O Dialeto caipira*, de Amadeu Amaral, em 1920, e estende-se até 1952, ano da publicação dos artigos com base nos quais formula sua proposta para divisão dos estudos dialetais no Brasil. Caracteriza-se por trabalhos voltados para os estudos gramaticais, embora os lexicográficos continuem numerosos. Amaral é o destaque desta fase, e sem contar com as técnicas atuais de pesquisa, procurou adotar uma metodologia de abordagem voltada para a nossa realidade linguística. Amaral (1955:42), em *O Dialeto caipira*, faz um estudo sobre a linguagem popular e diz que pretende é “[...] caracterizar esse dialeto ‘caipira’, ou, se assim acham melhor, esse aspecto da dialectação portuguesa em São Paulo”. Esclarece que os fonemas do dialeto [sic.] são os mesmos do português, apresentando ligeiras variantes fisiológicas.

Nessa mesma linha, outros trabalhos precisam ser lembrados como precursores dos estudos dialetais numa dimensão diatópica sem, contudo esquecerem a diastrática. São eles: *O linguajar carioca*, de Antenor Nascentes (1922), que surge do desejo de caracterizar todos os dialetos da nação brasileira, pretensão essa que tem em suas bases o desenvolvimento de atlas linguísticos regionais ou locais, mas que ainda

não foi concretizada, apesar de relevantes esforços para tal. O autor apresenta um estudo sobre aspectos fonéticos, léxicos e morfossintáticos do dialeto carioca e um vocabulário de locuções populares do Rio de Janeiro.

Aguiar (1996:49), com os apontamentos que tem, diz que poderia fazer um trabalho mais abrangente, mas “[...] para mais completa exaçaõ, quero restringir-me desse propósito, quero abranger apenas o Ceará, onde nasci e onde nunca me retirei, e cuja pronúncia, como já disse, há muitos anos estudo”. Ao realizar seu estudo sobre os diversos fonemas, separadamente, leva em consideração somente aqueles que oferecem divergências entre o ‘português geral e o português usado comumente no Ceará’. Aguiar, por exemplo, naquela época, já registrava a pronúncia de cada um dos informantes em função de sua procedência, o nível de escolaridade e a posição social. E, no estudo da Prosódia, assinalava a importância da influência exercida por fatores psicológicos que levavam as pessoas a imitar a pronúncia dos centros mais adiantados, problema abordado, hoje, pela Sociolinguística com o estudo do preconceito linguístico.

Marroquim (1934:13), em *A língua do Nordeste*, contextualiza o local de onde fala ao dizer: “No presente trabalho, estudo a língua popular de Alagoas [sic.] e Pernambuco, englobando as duas populações debaixo de um só aspecto dialectal. A formação histórica e étnica dos alagoanos e pernambucanos é uma só, e idêntica é a sua orientação linguística”. Mencionamos, entre outros de igual importância, Renato Mendonça (1936), Câmara Jr. (1953), Luís da Câmara Cascudo (1939), Leon Clerot (1959), Silvio Edmundo Elia (1961), Nelson Rossi (1963), Serafim da Silva Neto (1963), Celso Cunha (1968), Tomé Cabral (1973).

A segunda proposta, de Cardoso e Ferreira (CARDOSO, 2003), aponta para três diferentes tendências ou fases. As duas primeiras coincidem com as da proposta de Nascentes, apresentando, apenas, uma pequena diferença no que diz respeito à subdivisão da segunda fase em quatro grupos, consoante características comuns.

A terceira e última proposta, de autoria de Mota e Cardoso (CARDOSO, 2003), é igual à segunda, isto é, possui três fases. A diferença, entre esta e aquela, reside no fato de que as autoras, ao revisarem a divisão da história dos estudos dialetais no Brasil, decidiram acrescentar, a esta proposta, uma quarta fase que inclui, além da construção do Atlas Linguístico do Brasil (Projeto ALiB), as inovações dos estudos dialetais brasileiros, bem como os avanços da Geolinguística em direção a outros Atlas que não, apenas, o geral.

O Atlas Linguístico do Brasil tomou forma de lei através do Decreto nº 30.643, de 20 de março de 1952. Como projeto conjunto seria o ideal, mas a dimensão territorial dificultou todo o trabalho. Dialectólogos decidiram, então, pela realização de atlas regionais, para depois reuni-los no atlas geral. Pela ordem de publicação estão concluídos: Atlas Prévio dos Falares Baianos – APFB (1963) – de

Nelson Rossi, Carlota Ferreira e Dinah Maria Isensée; Esboço de um Atlas Linguístico de Minas Gerais – EALMG (1977), realizado por José Ribeiro, Mário Roberto Lobuglio Zágari, José Passini e Antônio Pereira Gaio; Atlas Linguístico da Paraíba – ALPB (1984), de autoria de Maria do Socorro Silva de Aragão e Cleuza Palmeira Bezerra de Menezes; Atlas Linguístico de Sergipe – ALS (1987), de autoria de Carlota Ferreira, Jacyra Mota, Judith Freitas, Nadja Andrade, Nelson Rossi, Suzana Cardoso e Vera Rolemberg; Atlas Linguístico do Paraná – ALPR (1994), de Vanderci de Andrade Aguilera; Atlas Linguístico-Etnográfico da Região Sul – ALERS (2002), de autoria de Walter Koch, Mário Klassmann e Cléo Altenhofen; Atlas Linguístico de Sergipe II (2005), de Suzana Alice Marcelino Cardoso; Atlas Linguístico de Sergipe II (2005), de Suzana Alice Marcelino Cardoso; o Atlas Linguístico Geo-Sociolinguístico do Pará – ALISPA (2004), de Abdelhak Razky; o Atlas linguístico de Mato Grosso do Sul – ALMS (OLIVEIRA, 2007) e o Atlas Linguístico do Estado do Ceará – ALECE (2010), de José Rogério Fontenele Bessa.

Dentre os atlas concluídos, há alguns que não estão publicados. Estão neste caso: o Atlas Linguístico do Amazonas (2004), Tese de Doutorado de Maria Luíza de Carvalho Cruz, o Projeto do Atlas Linguístico do Rio Grande do Norte – ALIRN e o Atlas Linguístico do Paraná II, Tese de Doutorado de Fabiane Cristina Altino, na UEL; Outros estão em curso como: o Projeto do Atlas Linguístico do Estado de São Paulo – ALESP, o Projeto do Atlas Etnolinguístico dos Pescadores do Estado do Rio de Janeiro – APERJ, o Atlas Linguístico do Rio de Janeiro, o Atlas Etnolinguístico do Acre, o Projeto do Atlas Linguístico do Estado do Maranhão – ALIMA, o Atlas Linguístico do Mato Grosso – ALIMAT, o Projeto do Atlas Linguístico do Estado do Mato Grosso do Sul – ALMS, o Atlas Linguístico do Espírito Santo – ALES, o Atlas Linguístico do Piauí – ALIPI. Dissertações de mestrado, como o *Atlas Linguístico Rural do Município de Ponta-Porã – Mato Grosso do Sul*, de Regiane Coelho Pereira Reis, na UFMS; o *Atlas Linguístico da Mata Sul de Pernambuco*, de Edilene Almeida, como dissertação de mestrado na UFPB; e o *Atlas Linguístico da Mesorregião do Oeste Potiguar*, de Moisés Batista da Silva, como tese de doutorado na UFC.

Tudo isto criou condições para o início das pesquisas para o Atlas Linguístico do Brasil – ALiB, ora em realização. O Projeto ALiB é de caráter nacional e de natureza interinstitucional pela abrangência, congregando instituições universitárias de diversas áreas do país. Trata-se de um projeto bastante arrojado, que ganhou forma em fins de 1996, por ocasião do Seminário *Caminhos e perspectivas para a Geolinguística no Brasil*, realizado em Salvador (UFBA), no período de 04 a 08 de novembro. Tem como um dos objetivos: descrever a realidade linguística do Brasil, no que tange à Língua Portuguesa, com enfoque na identificação das diferenças diatópicas (fônicas,

morfossintáticas, léxico-semânticas e prosódicas). Quanto à rede de pontos, foram selecionadas 250 localidades, distribuídas em todo o território nacional, levando-se em consideração a extensão de cada região, aspectos demográficos, culturais históricos e a natureza do processo de povoamento da área. O ALiB está sob a direção de um Comitê Nacional constituído por Suzana Alice Marcelino Cardoso – UFBA (como Diretor Presidente), Jacyra Mota – UFBA (Diretora Executiva), e pelos Diretores Científicos: Maria do Socorro Silva de Aragão (UFC), Vanderci de Andrade Aguilera (UEL), Mário Roberto Lobuglio Zágari – *in memoriam* - (UFJF), Walter Koch e Cléo Altenhofen (UFRGS), Abdelhak Razky (ALSEPA) e Aparecida Negri Isquerdo (UFMS).

No campo da Dialetoлогия e da Geolinguística, o Nordeste brasileiro merece destaque, pois, de nove atlas publicados, cinco são nordestinos: Bahia (BA), Paraíba (PB), Sergipe I (SE I), Sergipe II (SE II) e Ceará – ALECE. Dentre os atlas concluídos, está o do Rio Grande do Norte (ALiRN), mas ainda não publicado. Estão em realização, no Nordeste, os atlas do Piauí (PI), do Maranhão (MA) e da Mata Sul de Pernambuco (PE).

2.2 Estudos dialetais e geolinguísticos no Ceará

Não resta dúvida que, no Brasil, houve um grande impulso nas pesquisas, principalmente, no âmbito da Universidade, com o surgimento de novos cursos de Pós-Graduação. Mas, dado o gigantesco acervo cultural de que o povo brasileiro é possuidor, temos que admitir que tais estudos, ainda, não satisfazem totalmente.

Em nosso Estado há uma quantidade bastante significativa de trabalhos que podem contribuir para estudo e descrição do falar cearense, necessitando alguns, apenas, de um tratamento especializado, e a grande maioria, de divulgação.

No folclore cearense, por exemplo, há um número significativo de livros e artigos. Dentre eles: *Lendas e canções populares*, de Juvenal Galeno (1982), *Cirandas Infantis*, de Martinz de Aguiar, *Cantigas de Fortaleza e arredores*, de Manoel Albano, *Reisado no interior cearense*, de Florival Seraine. São numerosas, também, as obras sobre “regionalismo”, como: *Dona Guidinha do Poço* (de Manuel de Oliveira Paiva), *Terra de Sol* (de Gustavo Barroso), *A Normalista* (de Adolfo Caminha), *A fome e Maria Rita* (de Rodolfo Teófilo), *Luzia-Homem* (de Domingos Olímpio), *O Quinze* (de Rachel de Queiroz), entre outras. Muitas dessas obras referenciadas traziam glossários nas primeiras edições, não ocorrendo o mesmo nas edições subsequentes, o que constitui uma lacuna irrecuperável para as pesquisas dialetais no Ceará.

Na literatura popular, destacam-se: *Cantadores, Violeiros do Norte* (de Leonardo Mota), *Cantador, musa e viola* (de Eduardo Campos). Como ensaios e estudos, o

trabalho de Martinz de Aguiar, *Fonética do português do Ceará*, parte do livro *Repasse crítico da gramática portuguesa*, publicado em 1922, que sem contar com a tecnologia de que dispomos, atualmente, nos impressiona pelos resultados apresentados, despertando grande interesse entre os pesquisadores nos dias atuais. Antônio Sales, com *Notas de Linguagem* (1924) e *O falar cearense* (1927).

O estudo das variações, verificadas especialmente no nível lexical, desencadearam, no plano linguístico, estudos dos falares das diversas regiões brasileiras através de estudos dialetais e sociolinguísticos com publicações de dicionários, vocabulários e glossários de falares regionais e populares. Dentre os trabalhos lexicográficos, vocabulários e dicionários populares, os mais conhecidos são: *Vocabulário popular cearense*, de Raimundo Girão (1967; 2000); *Dicionário de termos populares (registrados no Ceará)*, de Florival Seraine (1959); *Novo dicionário de termos e expressões populares*, de Tomé Cabral (1972), o mais volumoso, contendo cerca de 15.000 verbetes coligidos por ele mesmo. Fora estes, há o dicionário específico, *Nomes e expressões vulgares da medicina no Ceará*, de Eurípedes Chaves Júnior (1985). Seraine, porém, foi quem mais se destacou nas pesquisas diatópicas e diastráticas, chegando, mesmo, a publicar o artigo *Introdução ao Atlas Linguístico e Folclórico do Cariri*, em que explorou, também, o critério etário (diageracional).

E seguindo essa tendência, de alguns anos para cá, tem surgido uma nova onda de publicação de dicionários, vocabulários e glossários, de autoria, não de lexicólogos ou linguistas, mas de jornalistas, engenheiros, médicos, folcloristas ou pessoas curiosas que resolveram listar, de modo descontraído, de gozação, e publicar em formato das obras lexicográficas, acima citadas, palavras e expressões populares que creem, são particulares da respectiva localidade, ricas em significados social e cultural, mas sem qualquer preocupação lexicográfica. Dentre elas citamos: *Orélio cearense* (2002), de Andrea Saraiva (Assistente Social); *Super dicionário de cearensês* (2000), de Carlos Gildemar Pontes (professor de Literatura da UFPB); *Dicionário do Ceará: as palavras, as expressões e como usá-las* (2000), de Tarcísio García (artista plástico cearense); *Dicionário de Ceará* (1999), de Marcus Gadelha (engenheiro da Petrobrás).

Alguns projetos foram iniciados nas universidades da capital cearense, no anseio de dar continuidade aos estudos dialetológicos cearenses, mas não concluídos, como a descrição da norma culta de Fortaleza, coordenado pelo prof. Macambira. Surge, também, o projeto PORCUFORT (Português Oral Culto de Fortaleza), sob a coordenação do prof. Monteiro, que vem auxiliando pesquisadores nos mais diversos trabalhos. Novos projetos foram realizados e envolvem muitos trabalhos nesse campo de estudo como, o PROFALA, coordenado por Soares (2007), que tem como objetivo maior disponibilizar um banco de dados sobre o

português falado no Ceará que sirva de *corpus* para os mais diversos estudos. O projeto NORPOFOR (Norma Oral do Português Popular de Fortaleza, 2003), sediado na Universidade Estadual do Ceará (UECE), que pretende documentar o português falado em Fortaleza, possibilitando aos pesquisadores interessados estudar fenômenos de variação linguística desta localidade.

As atividades de pesquisa sobre a diversidade linguística no Brasil têm se desenvolvido, nos últimos anos, com mais rapidez e com qualidade, através de Teses, Dissertações de Mestrado nas grandes universidades, bem como por meio de publicações de trabalhos voltados aos estudos variacionistas, dialetológicos e geolinguísticos no Brasil, e à elaboração de atlas linguísticos.

Foi a partir das pesquisas dialetais para o ALiB, que o estudo do léxico cearense passou a tomar corpo. A exemplo de todo o país, cujas pesquisas dialetológicas estão, a cada dia, ganhando maior espaço nos meios acadêmicos, os estudos dialetais no Estado do Ceará também avançam. São vários os trabalhos que merecem destaque.

Em primeiro lugar está o Atlas Linguístico do Estado do Ceará – ALECE (2010), coordenado por José Rogério Bessa. Sua pesquisa foi realizada em 69 municípios, que tinham características físicas, sociais e econômicas semelhantes, num total de 268 informantes entre homens e mulheres, com faixa etária entre 30 e 60 anos, sendo analfabetos ou possuindo até a 4ª série do fundamental.

O questionário, aplicado *in loco*, continha 306 perguntas, distribuídas em 583 itens dos seguintes campos semânticos: (i) natureza: tempo, o homem, parentesco, partes do corpo, funções do corpo e doenças; (ii) o homem: características físicas, tipos sociais, jogos, objetos de uso pessoal, atividades e utensílios domésticos, comida, religião, animais e outros. Este é o único questionário que apresenta uma característica peculiar, todas as suas perguntas podem ser destacadas.

Quanto à apresentação das cartas, foram elaboradas 223, sendo 75 lexicais e 148 fonéticas, além das de ocorrência única e de variação zero. Em cada uma delas, haverá uma legenda de cores e formas para retratar o item cartografado, demarcando a variação diageracional e diagenérica.

O Atlas foi publicado em dois volumes: o primeiro, contendo a introdução, notas de esclarecimento para a leitura do atlas, objetivos, a metodologia e uma bibliografia dialetal cearense; o segundo, contendo as cartas lexicais e fonéticas e um glossário

São também resultados destas pesquisas, teses, como a de doutorado de Alencar (2007), *Aspectos sócio-dialetais da língua falada em Fortaleza: as realizações dos fonemas /r/ e /R/*. A metodologia utilizada nesta pesquisa seguiu as linhas gerais do Projeto ALiB com as devidas adaptações, objetivando obter o maior número possível de variantes para os róticos usados nesta comunidade. Analisando o *corpus* e comparando com resultados obtidos em outros

trabalhos sobre os róticos no Brasil, identificou na fala fortalezense algumas tendências que a aproximam de outras variedades brasileiras. Observou um processo de mudança em estágio avançado, relativo à simplificação da estrutura silábica com o /r/ pós-vocálico: CVr > CV – “cantar” > “cantá”, o que reflete uma tendência generalizada no português brasileiro.

O trabalho de Lima (2009), em *O Atlas Linguístico Léxico-semântico de Iguatu* (ALiG), projeto alicerçado no Projeto Atlas Linguístico do Brasil – ALiB, para a sua Dissertação de Mestrado, na Universidade Federal do Ceará, documenta a linguagem regional falada naquela localidade, com o objetivo de analisar as variações lexicais na linguagem, tanto na zona rural quanto na zona urbana de Iguatu, elaborar cartas léxicas equivalentes aos campos semânticos trabalhados para constituir o Atlas e oferecer subsídios importantes para a pesquisa Geolinguística no Brasil e para os estudos da Língua Portuguesa falada.

Este trabalho fundamentou-se nos pressupostos da Dialetoleologia moderna, através de autores como Aragão, Coseriu e Ferreira e Cardoso e da Geolinguística pluridimensional, através de Cardoso, Mota, Radtke e Thun. A pesquisa possui uma malha de 06 (seis) pontos de inquéritos, divididos em 04 (quatro) pontos na zona urbana e 02 (dois) na zona rural. Em cada ponto, foram entrevistados 04 (quatro) informantes, 02 (dois) do sexo masculino e 02 (dois) do sexo feminino, pertencentes a 02 (duas) faixas etárias distintas, a primeira, entre 18 e 30 anos, e a segunda, entre 45 e 60 anos. Além de pertencerem à escolaridade entre sem nenhuma instrução e 9º. Ano do Ensino fundamental.

A escolha dos pontos e a caracterização dos informantes baseiam-se nas orientações do Projeto ALiB (Atlas Linguístico do Brasil), bem como o Questionário Semântico Lexical (QSL) para a obtenção dos itens lexicais, a ficha da localidade e do informante. As gravações foram feitas em lugares apropriados para os informantes. O atlas compõe-se de 53 cartas divididas em cartas geográficas e semântico-lexicais em que se apresenta a variação lexical de itens sugeridos no QSL do Projeto ALiB e sua frequência de realização entre os informantes.

A pesquisa registrou, em cartas geográficas, a variedade linguística da localidade de Iguatu, no interior do Ceará. As cartas linguísticas lexicais possuem o mesmo formato, conforme especificação abaixo:

- Na parte superior à esquerda, o logotipo do Atlas. O símbolo representa o trabalhador iguatense em sua árdua luta diária pela sobrevivência em busca de melhores condições de vida embaixo de um ardente sol, que brilha praticamente o ano inteiro. Este símbolo foi aproveitado do lema da gestão anterior do atual prefeito municipal. A sigla ALiG representa a nomenclatura do

- projeto: Atlas Linguístico Léxico-semântico de Iguatu;
- Na parte superior centralizada, encontra-se o item lexical sugerido pelo ALiB e sua numeração no questionário;
- Na parte superior à direita, o número da carta;
- No centro, o mapa de Iguatu com a marcação do item encontrado por cada informante nos 06 pontos pesquisados, através de símbolos;
- Na parte inferior à direita, a legenda dos símbolos apresentados em cada ponto de inquérito;
- Os símbolos que se apresentarem acima da linha horizontal da cruz equivalem aos informantes da 1ª faixa etária e, abaixo desta, aos da 2ª faixa etária;
- Símbolos contidos à esquerda da linha vertical da cruz equivalem ao sexo masculino e, à direita, ao sexo feminino;
- As siglas NR e NRP deverão ser lidas da seguinte forma: NR (Não Respondeu), para os itens não respondidos, e NRP (Resposta Não-Produtiva) para as respostas dadas pelos informantes que não satisfizeram o conceito da lexia perguntada. Sendo representadas nas cartas pelo sinal de vazio (Ø).

Como ilustração, são apresentadas as cartas de número 17 e 31, em que são registradas as variantes para Trilho/Caminho/Vereda e Pessoa Tagarela, respectivamente ao lado.

Jamyle dos Santos Monteiro está desenvolvendo o Projeto *Atlas Linguístico Léxico-Semântico de Capistrano*: aspectos teórico-metodológicos, como Dissertação de Mestrado. Objetiva produzir, além do atlas de sua terra natal, elaborar cartas léxicas, contemplando as variações semânticas do falar da população da cidade e analisar a composição dos elementos verbais e visuais dispostos nas cartas.

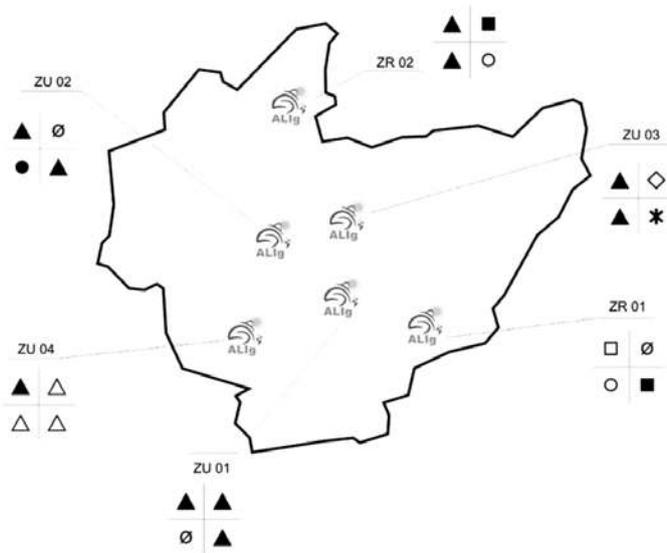
Fundamenta-se na Geografia Linguística, por contemplar o registro sincrônico de traços linguísticos em atlas linguísticos; na Lexicografia, por se entender um atlas como um produto lexicográfico; e, em relação à produção das cartas do atlas, na Multimodalidade, por textos multimodais expressarem seus significados por meio da utilização de mais do que um código semiótico. A metodologia deste trabalho tem por base a do Projeto Atlas Linguístico do Brasil (ALiB). O *corpus* será constituído a partir do seguinte perfil: serão entrevistados 4 homens e 4 mulheres, em cada localidade da rede de pontos, de acordo com duas faixas etárias: a primeira de 18 a 30 anos e a segunda de 45 a 60 anos, em dois níveis de escolaridade: fundamental e superior, sendo escolhido para a pesquisa um total de 5 localidades: a sede do município e quatro locais de zona rural. Por fim, os dados coletados serão transcritos e dispostos em cartas léxicas que comporão o Atlas Linguístico Léxico-Semântico de Capistrano.

Para fins de ilustração, visualizamos a carta de número 1, que mostra a realização do item *Lombo*.



TRILHO/CAMINHO/VEREDA/TRILHA
{63}

CARTA 17

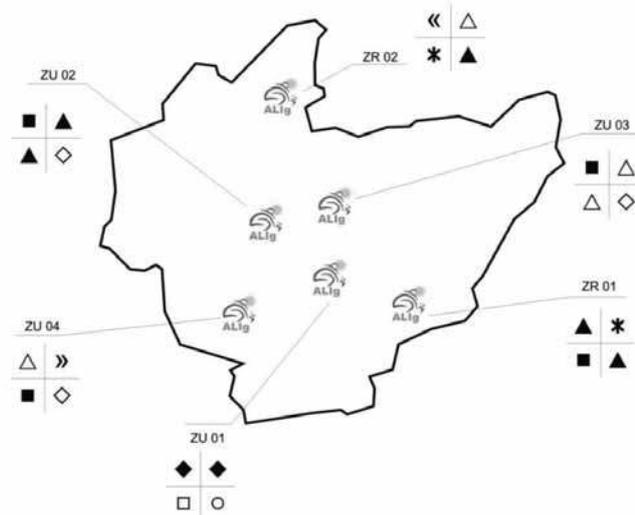


Legenda:	
▲	Vereda
△	(Abre) Caminho / Caminho Aberto
◆	Pisada
◇	Passarela
*	Abriu a estrada
□	Passagem
○	Caminho da roça
●	Cravado
■	NR
∅	RNP



PESSOA TAGARELA
{136}

CARTA 31



Legenda:	
▲	Falador/Faladeira
△	Tagarela
◆	Fuziqueira
◇	Linguarudo(a)
*	Badaleria
□	Fotoqueira
○	Zuadenta
●	Papagaio
»	Conversadeira
«	Gasquita
■	NR

CONSIDERAÇÕES FINAIS

Com a apresentação da visão panorâmica dos estudos dialetais e geolinguísticos em nosso país, procuramos mostrar que tais estudos estão ativos, caracterizando uma fase produtiva dessas áreas na linguística nacional. É importante destacar que o do Projeto ALiB contribuiu, sobremaneira para esse impulso que vem revitalizando a pesquisa nessas áreas, contribuindo para o conhecimento do português do Brasil e, conseqüentemente, de sua história.

REFERÊNCIAS BIBLIOGRÁFICAS

- AGUIAR, M. de. *Repassé crítico da gramática portuguesa*. 2. ed. rev. e amp. Fortaleza: Casa de José de Alencar, 1996.
- ALENCAR, M. S. M. de. *Aspectos sócio-dialetais da língua falada em Fortaleza: as realizações dos fonemas /r/ e /R/*. Fortaleza, 2007. Tese (Doutorado em Linguística). Universidade Federal do Ceará.

- AMARAL, A. *O dialeto caipira*. São Paulo: Saraiva, 1955.
- ARAGÃO, M. do Socorro Silva de; MENEZES, Cleuza Palmeira Bezerra de. *Atlas linguístico da Paraíba*. Brasília: UFPB/CNPq, 1984. v. 2.
- BAGNO, M. *Português ou brasileiro? um convite à pesquisa*. São Paulo: Parábola, 2002.
- BORBA, F. da S. *Introdução aos estudos lingüísticos*. 12. ed. Campinas, SP: Pontes, 1998.
- BRASIL. Decreto nº 30.643, de 20 de março de 1952. Institui o Centro de Pesquisas da Casa de Rui Barbosa e Dispõe Sobre Seu Funcionamento. *Diário Oficial da União*, Rio de Janeiro, RJ, 22 de março de 1952.
- CÂMARA JR., J. M. *Dicionário de lingüística e gramática*. 8. ed. Petrópolis, Rio de Janeiro: Vozes, 1978.
- CARDOSO, S. A. M. Dialectologia atual: tendências e perspectivas. *Revista do Grupo de Estudos Lingüísticos do Nordeste – GELNE*. Ano 5, ns.1 e 2. João Pessoa: Idéia, 2003:185-192.
- CASCUDO, L. da C. *Vaqueiros e cantadores*. Porto Alegre: Globo, 1939.
- CLÉO, A. *Atlas lingüístico-etnográfico da região sul do Brasil*. Porto Alegre/Florianópolis/Curitiba: UFRGS/UFPR, 2002.
- CLEROT, L. F. R. *Vocabulário de termos populares e gíria da Paraíba*. (Estudo de glotologia e semântica paraibana). Rio de Janeiro: s. ed., 1959.
- COSERIU, E. *Sentido y tareas de la dialectología*. México: Instituto de Investigaciones Filológicas, 1982.
- CRUZ, M. L. de C. *Atlas lingüístico do Amazonas (ALAM)*. Rio de Janeiro, 2004. Tese (Doutorado) – Faculdade de Letras, Universidade Federal do Rio de Janeiro.
- CUNHA, C. F. da. *Língua portuguesa e realidade brasileira*. Rio de Janeiro: Tempo Brasileiro, 1968.
- DUBOIS, J.; et al. *Dicionário de lingüística*. São Paulo: Cultrix, 1978.
- FERREIRA, C.; et al. *Atlas lingüístico de Sergipe*. Salvador: UFBA, Fundação Estadual de Cultura de Sergipe, 1987.
- FERREIRA, Carlota; CARDOSO, Suzana Alice. *A dialectologia no Brasil*. São Paulo: Contexto, 1994.
- GILLIÉRON, J.; EDMONT, E. *Atlas linguistique de la France*. 35 fasc. Paris: Champion, 1902-1910.
- GIRÃO, R. *Vocabulário popular cearense*. 2. ed. Fortaleza: Demócrito Rocha, 2000.
- JAKOBSON, R. *Fonema e fonologia: ensaios*. Rio de Janeiro: Acadêmica, 1967.
- KOCH, W.; KLASSMANN, M.; ALTENHOFEN, C. *Atlas lingüístico e etnográfico da região Sul do Brasil*. Porto Alegre/Florianópolis/Curitiba: UFRGS/UFSC/UFPR, 2002.
- LIMA, F. dos Santos. *O Atlas Linguístico Léxico-semântico de Iguatu*. Fortaleza: UFC, 2009.
- MARROQUIM, M. *A língua do Nordeste (Alagoas e Pernambuco)*. São Paulo: Nacional, 1934.
- NASCENTES, A. *O linguajar carioca*. 2. ed. Rio de Janeiro: Simões, 1953.
- PONTES, C. G. *Super dicionário de cearenses*. Fortaleza: Acaua, 2000.
- PRETI, Dino. *Sociolingüística: os níveis de fala*. São Paulo: EDUSO, 2003.
- RADTKE, E.; THUN, H. *Novos caminhos da geolinguística românica: um balanço*. Porto Alegre: Cadernos de Tradução - Instituto de Letras, 1999.
- RAZKY, A. *Atlas lingüístico geo-sociolingüístico do Pará*. Belém-PA: Grafia, 2004.
- RECTOR, M. *A linguagem da juventude*. Petrópolis: Vozes, 1975.
- SARAIVA, A. *Orélio cearense*. 3.ed. Fortaleza: Premium, 2002.
- SERAINE, F. *Dicionário de termos populares* (registrados no Ceará). Rio de Janeiro: Simões, 1959.
- TRUDGILL, P. *Sociolinguistics – an introduction*. Great Britain, London: Penguin Books, 1981.